

WEB JORNALISMO

01

• PARAÍBA JÁ

Provas do concurso da Defensoria Pública da PB acontecem neste domingo

<https://paraibaja.com.br/provas-do-concurso-da-defensoria-publica-da-pb-acontecem-neste-domingo/>

• CLICK PB

Provas do concurso da Defensoria Pública da Paraíba acontece neste domingo em

<https://www.clickpb.com.br/emprego/concurso/provas-do-concurso-da-defensoria-publica-acontece-neste-domingo-na-paraiba-328385.html>

02

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo do Estado através da Seap e parceiros realiza três dias de ação social na penitenciária Hitler Cantalice

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/noticias/seap-e-parceiros-realizam-tres-dias-de-acao-social-na-penitenciaria-hitler-cantalice>

• MAIS PB

Mais de 4,2 mil candidatos fazem 1ª fase do concurso

<https://www.maispb.com.br/601770/mas-de-42-mil-candidatos-fazem-1a-fase-do-concurso.html>

Governo e poderes projetam concurso e reajuste para servidores, em 2023

<https://www.maispb.com.br/601883/do-governo-e-poderes-projetam-realizacao-de-concurso-e-reajuste-para-servidores-em-2023.html>

• PARLAMENTO PB

Mais de 4,2 mil candidatos compareceram a primeira fase do concurso da defensoria

<https://parlamentopb.com.br/mas-de-42-mil-candidatos-compaerem-a-primeira-fase-do-concurso-da-defensoria/>

• PARAÍBA JÁ

Mais de 4,2 mil candidatos comparecem na primeira fase do concurso da DPE-PB

<https://paraibaja.com.br/mas-de-42-mil-candidatos-compaerem-na-primeira-fase-do-concurso-da-dpe-pb/>

• JORNAL DA PARAÍBA

Gabarito do concurso para Defensoria Pública da PB é divulgado

<https://jornaldaparaiba.com.br/concursos-e-emprego/2022/05/02/gabarito-do-concurso-para-defensoria-publica-da-pb-e-divulgado>

• G1 PARAÍBA

Gabarito do concurso para Defensoria Pública da Paraíba é divulgado

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/05/02/gabarito-do-concurso-para-defensoria-publica-da-paraiba-e-divulgado.ghml>

• PORTAL T5

Gabarito do concurso da Defensoria Pública da PB é divulgado; confira

<https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/gabarito-do-concurso-da-defensoria-publica-da-pb-e-divulgado-confira/>

03

• POLÊMICA PARAÍBA

Gabarito do concurso para Defensoria Pública da Paraíba é divulgado

<https://www.polemicaparaiba.com.br/concurso-emprego-e-enem/gabarito-do-concurso-para-defensoria-publica-da-paraiba-e-divulgado/>

05

• TV CARIRI

Plenário analisa proposta que cria plano de carreira da Defensoria Pública da União; acompanhe

<https://portaltvcariri.com.br/noticia/26792/plenario-analisa-proposta-que-cria-plano-de-carreira-da-defensoria-publica-da-uniao-acompanhe>

10

• CLICK PB

Assembleia Legislativa aprova reajuste para servidores do Estado da Paraíba e PCCR da Defensoria Pública

<https://www.clickpb.com.br/politica/assembleia-legislativa-aprova-reajuste-para-servidores-do-estado-da-paraiba-e-pccr-da-defensoria-publica-328873.html>

• ALPB

Mais de 4,2 mil candidatos comparecem na primeira fase do concurso da DPE-PB

<http://www.al.pb.leg.br/44669/alpb-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica.html>

• F5 ONLINE

MEDIDA PROVISÓRIA: ALPB aprova reajuste salarial para servidores do estado

<https://f5online.com.br/medida-provisoria-alpb-aprova-reajuste-salarial-para-servidores-do-estado/>

• PB AGORA

ALPB aprova reajuste salarial dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/alpb-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/>

• PORTAL T5

Aprovados reajustes de servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública da PB

<https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/aprovados-reajuste-de-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica-da-pb/>

• A TRIBUNA DO SERTÃO

Assembleia Legislativa aprova por unanimidade o reajuste salarial para servidores do Estado

<https://www.tribunadosertao.com.br/noticia/11245/alpb-10-05-2022>

• POLÊMICA PARAÍBA

ALPB aprova reajuste salarial dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/alpb-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/>

• DIAMANTE ONLINE

Assembleia aprova reajuste salarial para servidores do Estado

<https://www.diamanteonline.com.br/noticia/paraiba/2022/05/10/assembleia-aprova-reajuste-salarial-para-servidores-do-estado/31945.html>

• PARLAMENTO PB

ALPB aprova reajuste dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://parlamentopb.com.br/alpb-aprova-reajuste-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/>

• PARAÍBA JÁ

ALPB aprova reajuste salarial dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://paraibaja.com.br/alpb-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/>

• POLÍTICA JP

Assembleia aprova reajuste salarial para servidores do Estado

<https://www.politicajp.com.br/noticia/7632/assembleia-aprova-reajuste-salarial-para-servidores-do-estado>

• PORTAL DO LITORAL PB

ALPB aprova reajuste salarial dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://www.portaldolitoralpb.com.br/alpb-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/>

• WSCOM

Assembleia aprova reajuste salarial dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://wscom.com.br/assembleia-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/>

• REPÓRTER PB

ALPB aprova reajuste salarial dos servidores do Estado e PCCR da Defensoria Pública

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/politica/2022/05/10/alpb-aprova-reajuste-salarial-dos-servidores-do-estado-e-pccr-da-defensoria-publica/129086.html>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Mais celeridade: TJPB implantará versão do PJe 2.2 nos dias 21 e 22 de maio

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/mais-celeridade-tjpb-implantara-versao-do-pje-22-nos-dias-21-e-22-de-maio>

• F5 ONLINE

Assembleia Legislativa aprova PL que cria PCCR dos servidores da Defensoria Pública

<https://f5online.com.br/assembleia-legislativa-aprova-pl-que-cria-pccr-dos-servidores-da-defensoria-publica/>

• PORTAL MÍDIA

Raniery comemora aprovação do PCCR dos servidores da Defensoria Pública-PB

<https://portalmidia.net/raniery-comemora-aprovacao-do-pccr-dos-servidores-da-defensoria-publica-pb/>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

TJPB e Defensoria Pública firmam parceria para o IX Encontro de Execução Penal em junho

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/tjpb-e-defensoria-publica-firmam-parceria-para-o-ix-encontro-de-execucao-penal-em-junho>

11

12

• PORTAL T5

TJPB e Defensoria Pública firmam parceria para o IX Encontro de Execução Penal em junho

<https://blog.portalt5.com.br/tjpbnoticias/2022/05/12/tjpb-e-defensoria-publica-firmam-parceria-para-o-ix-encontro-de-execucao-penal-em-junho/>

13

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Grupo de Trabalho debate implantação de Central de Regulação de Vagas no Sistema

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/grupo-de-trabalho-debate-implantacao-da-central-de-regulacao-de-vagas-no-sistema>

16

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Magistrados e servidores recebem instruções sobre o uso da nova versão do PJe 2.2

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/magistrados-e-servidores-recebem-instrucoes-sobre-uso-da-nova-versao-do-pje-2.2>

18

• ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Assembleia debate LDO 2023 em audiência pública

<http://www.al.pb.leg.br/44755/assembleia-debate-ldo-2023-em-audiencia-publica.html>

• REPÓRTER PB

Assembleia Legislativa debate LDO 2023 em audiência pública

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/paraiba/2022/05/18/assembleia-legislativa-debate-ldo-2023-em-audiencia-publica/129389.html>

• GOVERNO DA PARAÍBA

SEAP-PB participará do IX Encontro Nacional de Execução Penal

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/noticias/seap-pb-participara-do-ix-encontro-nacional-de-execucao-penal>

19

• NOTÍCIA PARAÍBA

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e discutido durante audiência pública, na Paraíba

<https://www.noticiaparaiba.com.br/noticia/7993/projeto-de-lei-de-diretrizes-orcamentarias-e-discutido-durante-audiencia-publica-na-paraiba>

• WSCON

ALPB concede título de cidadã paraibana à defensora pública Fernanda Peres

<https://wscom.com.br/alpb-concede-titulo-de-cidada-paraibana-a-defensora-publica-fernanda-peres/>

• REPÓRTER PB

ALPB concede título de cidadã paraibana à defensora pública Fernanda Peres

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/politica/2022/05/19/alpb-concede-titulo-de-cidada-paraibana-a-defensora-publica-fernanda-peres/129415.html>

• MAIS PB

“Paraíba pode celebrar o renascimento do acesso à justiça”, diz defensora pública

<https://www.maispb.com.br/605166/paraiba-pode-celebrar-o-renascimento-do-acesso-a-justica-diz-defensora-publica.html>

• FATO A FATO

Raniery Paulino comemora o dia da Defensoria Pública e reafirma apoio a categoria

<https://www.fatoafato.com.br/2022/05/raniery-paulino-comemora-o-dia-da.html?m=1>

23

• METRÓPOLES

STF pune preso que saiu para trabalhar minutos antes de hora permitida

<https://www.metropoles.com/brasil/justica/stf-pune-preso-que-saiu-para-trabalhar-minutos-antes-de-hora-permitida>

• MAIS PB

STF pune preso que saiu para trabalhar antes da hora permitida em Queimadas

<https://www.maispb.com.br/605733/stf-pune-preso-que-saiu-para-trabalhar-antes-da-hora-permitida-em-queimadas.html>

• DIAMANTE ONLINE

STF pune preso que saiu para trabalhar antes da hora permitida no interior da PB

<https://www.diamanteonline.com.br/noticia/policial/2022/05/23/stf-pune-preso-que-saiu-para-trabalhar-antes-da-hora-permitida-no-interior-da-pb/32112.html>

• PB AGORA

Defensoria Itinerante vai a Lagoa de Dentro e Cruz do Espírito Santo

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/defensoria-itinerante-vai-a-lagoa-de-dentro-e-cruz-do-espirito-santo/>

• MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procurador recebe medalha da Defensoria Pública por relevantes serviços prestados por meio do MPT

<https://www.prt13.mpt.mp.br/2-uncategorised/1584-procurador-recebe-medalha-da-defensoria-publica-por-relevantes-servicos-prestados-por-meio-do-mpt>

24

• COSTA NORTE

Pedreiro que trabalhou antes da hora permitida, em regime semiaberto, é preso pelo STF

<https://costanorte.com.br/tvcultura/jornaldapraia/not%C3%ADcias/pedreiro-que-trabalhou-antes-da-hora-permitida-em-regime-semiaberto-e-preso-pelo-stf-1.385977>

• PARAIBA JÁ

Adriano Galdino é homenageado com medalha Airton Cordeiro pela Defensoria Pública

<https://paraiba.com.br/adriano-galdino-e-homenageado-com-medalha-airton-cordeiro-pela-defensoria-publica/>

• F5 ONLINE

Presidente da ALPB recebe homenagem na Defensoria Pública da Paraíba

<https://f5online.com.br/presidente-da-alpb-recebe-homenagem-na-defensoria-publica-da-paraiba/>

• REPÓRTER PB

Presidente da ALPB recebe homenagem na Defensoria Pública da Paraíba

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/paraiba/2022/05/24/presidente-da-alpb-recebe-homenagem-na-defensoria-publica-da-paraiba/129613.html>

25

• PORTAL R7

Presidente da ALPB recebe homenagem na Defensoria Pública da Paraíba

<https://noticias.r7.com/cidades/portal-correio/presidente-da-alpb-recebe-homenagem-na-defensoria-publica-da-paraiba-25052022>

• PORTAL CORREIO

Presidente da ALPB recebe homenagem na Defensoria Pública da Paraíba

<https://portalcorreio.com.br/presidente-da-alpb-recebe-homenagem-na-defensoria-publica-da-paraiba/>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Corregedoria realiza inspeções em unidades prisionais de municípios do Alto Sertão paraibano

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/corregedoria-realiza-inspecoes-em-unidades-prisionais-de-municipios-do-alto-sertao-paraibano>

• RADAR SERTANEJO

Corregedoria realiza inspeções em unidades prisionais de municípios do Alto Sertão paraibano

<https://www.radarsertanejo.com/2022/05/25/corregedoria-realiza-inspecoes-em-unidades-prisionais-de-municipios-do-alto-sertao-paraibano/>

• JORNAL DA PARAÍBA

O nascimento de um filho pela adoção: “Ligação foi o nosso exame de positivo”

<https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/2022/05/25/o-nascimento-de-um-filho-pela-adoacao-ligacao-foi-nosso-exame-de-positivo>

26

• F5 ONLINE

Padre Júlio Lancellotti: Defensoria Pública é grande aliada na luta contra aporofobia

<https://f5online.com.br/padre-julio-lancellotti-defensoria-publica-e-grande-aliada-na-luta-contr-a-aporofobia/>

27

• CLICK PB

MPF envia ofício a órgãos e instituições da Paraíba pedindo lista de ‘fichas sujas’ para atualizar cadastros de inelegíveis para as próximas Eleições

<https://www.clickpb.com.br/paraiba/mpf-envia-oficio-orgaos-e-instituicoes-da-paraiba-pedindo-lista-de-fichas-suj-as-para-atualizar-cadastros-de-inelegiveis-para-proximas-eleicoes-329801.html>

• PB HOJE 2

MPF envia ofício a órgãos e instituições da Paraíba pedindo lista de ‘fichas sujas’ para atualizar cadastros de inelegíveis para as próximas Eleições

<https://www.pbhoje.com.br/noticias/110246/mpf-envia-oficio-a-orgaos-e-instituicoes-da-paraiba-pedindo-lista-de-fichas-suj-as-para-atualizar-cadastros-de-inelegiveis-para-as-proximas-eleicoes.html>

• SÃO BENTO EM FOCO

MPF envia ofício a órgãos e instituições da Paraíba pedindo lista de ‘fichas sujas’ para atualizar cadastros de inelegíveis para as próximas Eleições

<https://www.saobentoemfoco.com.br/noticia/58517/mpf-envia-oficio-a-orgaos-e-instituicoes-da-paraiba-pedindo-lista-de-fichas-suj-as-para-atualizar-cadastros-de-inelegiveis-para-as-proximas-eleicoes>

• PB AGORA

MPF aperta o cerco e envia ofício para que órgãos e instituições da PB enviem lista de ‘fichas sujas’

<https://www.pbagora.com.br/noticia/politica/mpf-aperta-o-cerco-e-envia-oficio-para-que-orgaos-e-instituicoes-da-pb-enviem-lista-de-fichas-suj-as/>

• POLÊMICA PARAÍBA

MPF instaura procedimento para prevenir candidaturas 'ficha suja' na Paraíba nas eleições deste ano - VEJA DOCUMENTO

<https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/mpf-instaura-procedimento-para-prevenir-candidaturas-ficha-suja-na-paraiba-nas-eleicoes-deste-ano-veja-documento/>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Marcos William de Oliveira toma posse como Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/marcos-william-de-oliveira-toma-posse-como-desembargador-do-tribunal-de-justica-da-paraiba>

• GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevedo entrega 39ª Casa da Cidadania em Princesa Isabel e destaca política de inclusão do Governo do Estado

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-entrega-39a-casa-da-cidadania-em-princesa-isabel-e-destaca-politica-de-inclusao-do-governo-do-estado>

• A TRIBUNA DO SERTÃO

Governador entrega mais uma Casa da Cidadania no Sertão da Paraíba

<https://www.atribunadosertao.com.br/noticia/11680/princesa-isabel-28-05-2022>

• REPÓRTER PB

João Azevêdo entrega 39ª Casa da Cidadania em Princesa Isabel e destaca política de inclusão do Governo do Estado

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/sertao/2022/05/29/joao-azevedo-entrega-39a-casa-da-cidadania-em-princesa-isabel-e-destaca-politica-de-inclusao-do-governo-do-estado/129788.html>

• TV CONTEXTO

MPF instaura procedimento para evitar candidaturas de pessoas com 'Ficha Suja' nas eleições deste ano na Paraíba

<https://tvcontexto.com.br/ministerio-publico-federal-quer-prevenir-candidaturas-ficha-suja-na-paraiba-veja/>

• PARAÍBA ONLINE

Novo desembargador toma posse no Tribunal de Justiça da Paraíba

<https://paraibaonline.com.br/paraiba/2022/05/30/novo-desembargador-toma-posse-no-tribunal-de-justica-da-paraiba/>

02

• GLOBOPLAY / BOM DIA PARAÍBA

Mais de 6.400 candidatos participaram da primeira etapa do concurso da DPE-PB

<https://globoplay.globo.com/v/10536667/>



PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Curso habilita 24 socioeducandos

Internos do Centro Edson Mota e do Centro Educacional do Jovem estão participando da capacitação

O Programa Jovem Aprendiz vem contribuindo mais uma vez com a formação profissional de adolescentes e jovens que cumprem medidas judiciais na Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac). Nesse início de semana, 24 socioeducandos do Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) e do Centro Educacional do Jovem (CEJ) participaram da aula inaugural do curso de Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviços Administrativos, nas próprias Unidades Socioeducativas do Estado.

O curso de Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviços Administrativos é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Trabalho (MPT-PB), a Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado da Paraíba (Fecomércio/PB), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Superintendência Regional do Trabalho (SRT-PB), o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh) e da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac), o Tribunal de Justiça da Paraíba, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado, como também as empresas do comércio de bens e turismo.

Apoio

O curso é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MPT-PB, Fecomércio-PB, Senac, SRT-PB, Sedh, TJ-PB, MP-PB, Defensoria Pública e Fundac



A participação deles na aula inaugural do curso de Aprendizagem Profissional aconteceu nas próprias Unidades Socioeducativas



Fotos: Secom-PB

Primeira ação teve início em 2020, no Lar do Garoto

Esta é a segunda vez que adolescentes e jovens que cumprem medidas judiciais nas unidades socioeducativas de João Pessoa participam do Programa Jovem Aprendiz no Sistema Socioeducativo, desde que a ação teve início em 2020, quando o MPT (Campina Grande), contemplou os adolescentes do Complexo Lar do Garoto com a Aprendizagem Profissional. Dentro do atual Acordo de Cooperação Técnica, mais 24 socioeducandos da Fundac foram beneficiados com o programa, sendo 9 adolescentes do CSE e 15 jovens do CEJ.

Waleska Ramalho, presidente da Fundac, acredita que

o momento é mais um resultado do que se chama de incompletude institucional, no qual vários atores se unem na responsabilização, no apoio, e no suporte da qualificação profissional de adolescentes e jovens que chegam à política de socioeducação e dão início a um novo projeto de vida com perspectivas de transformação social.

Fundac

Jovem Aprendiz é mais uma ação acompanhada e articulada pela diretoria técnica da Fundac (Rafael Honorato), por meio do eixo Profissionalização, Trabalho e Previdência, atualmente coordenado

por Taiza Gomes, e o curso de Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviços Administrativos, fica sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que ministrará aulas por um período de dez meses e concluirá a formação das duas turmas em março de 2023.

Apresentação

A aula inaugural no Centro Educacional do Jovem - CEJ, aconteceu na tarde da segunda-feira (2) e no Centro Socioeducativo Edson Mota - CSE, na tarde da terça-feira (3) e contaram com a presença de representantes do Minis-

tério Público do Trabalho, da Vara de Infância e Juventude de João Pessoa, da Promotoria de Justiça, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Paraíba, da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e da Escola Cidadã Integral Socioeducativa Almirante Saldanha.

Na ocasião, a coordenadora de aprendizagem da Superintendência Regional do Trabalho da Paraíba, Joana D'Arc

Belarmino, falou um pouco sobre as leis, direitos e deveres trabalhistas que regem o contrato de trabalho que, a partir de agora, os socioeducandos estão vinculados e agradeceu à iniciativa das empresas A&C e Brisanet por abraçar o Programa Jovem Aprendiz e contratar os socioeducandos da Fundac.

De acordo com a superintendente regional do Trabalho, Dra. Marcela Asfora, é muito importante que os socioeducandos valorizem o Programa a eles destinado, porque, a partir do momento que eles foram escolhidos, outros adolescentes deixaram de ser contratados.

EDIÇÃO: Emmanuel Noronha
EDITORIAÇÃO: Joaquim Ideão

Geral

A UNIÃO

POR UNANIMIDADE

ALPB aprova reajuste dos servidores e PCCR

MP beneficia magistério e garante isonomia de tratamento às forças de segurança

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) aprovou, por unanimidade, na sessão de ontem, a Medida Provisória 304/2022, do Governo do Estado, que concede reajuste de 33% nos vencimentos do Grupo Ocupacional do Magistério. O texto também trata do aumento em 30% dos valores da tabela de horas extras nas sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e datas especiais da Polícia Penal.

Durante sessão, os parlamentares aprovaram também o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos defensores públicos.

No texto da MP encaminhada ao Legislativo, o chefe do Executivo, governador João Azevêdo, ressaltou que a medida adotada, além de beneficiar servidores do magistério, garante igualdade entre as forças de segurança.

“Adequa o índice de reajuste dos servidores do magistério e dá nova redação da tabela remuneratória da Polícia Penal. Além disso, tem a regu-

lamentação das horas extras das forças policiais, garantindo isonomia de tratamento entre as forças de segurança do Estado da Paraíba, no que se refere à remuneração mínima recebida pelos policiais designados para prestar serviço extraordinário”, explicou o governador.

Defensoria Pública

Os deputados aprovaram também, por unanimidade, o Projeto de Lei 40/2022, encaminhado pela Defensoria Pública do Estado, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Os parlamentares parabenizaram os defensores públicos pela conquista e ressaltaram que a atividade realizada é de acolhimento, sem julgamentos, destinada a atender e representar aqueles que mais precisam.

“O governador João Azevêdo, com sua sensibilidade, soube dialogar com os defen-

sores, compreendeu a importância da Defensoria e a partir de agora estamos vivendo um novo momento no órgão. Quem ganha com isso é a sociedade, principalmente, os mais vulneráveis, os mais pobres”, afirmou o presidente da Assembleia, deputado Adriano Galdino.

Algodão colorido

A Casa Eptácio Pessoa também votou favorável ao PL 2.688/2021, do deputado Chió, declarando o algodão colorido Patrimônio Cultural Imaterial da Paraíba. O parlamentar argumentou que o algodão colorido natural tem as fibras curtas e fracas, que, por isso, não podem ser usadas na fabricação de fios e de tecidos. Por causa disso, os pesquisadores da Embrapa Algodão pesquisaram e trabalharam bastante para melhorar a sua resistência e aumentar o comprimento de suas fibras.

“O resultado foi a retomada da cotonicultura na região do Semiárido no Nordeste, já

desaparecida depois do bico-do-do-algodoeiro, praga que dizimou as plantações. O cultivo de algodões coloridos recuperou a economia do interior do estado da Paraíba, desde a agricultura familiar, até as associações de tecelões que usam essa fibra para produzir peças artesanais”, justificou Chió.

■ Os parlamentares parabenizaram os defensores públicos pela conquista e ressaltaram que a atividade realizada é de acolhimento, sem julgamentos, destinada a atender e representar aqueles que mais precisam

DIRETRIZES PARA 2023

Secretário Gilmar Martins discute LDO na Assembleia

O secretário do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, participou, na manhã de ontem, da audiência pública na Assembleia Legislativa da Paraíba para debater, junto aos parlamentares, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2023. O relator do projeto é o deputado Wilson Filho e o presidente da Comissão de Orçamento, Tributação, Fiscalização e Transparência o deputado Branco Mendes.

“É o momento para discutirmos as diretrizes, as linhas principais que irão nortear a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023. Trata-se de um texto que disciplina as metas fiscais que o Estado almeja alcançar em 2023, o limite da despesa com pessoal e a aplicação mínima de recursos nas áreas

da educação e saúde”, destacou o secretário Gilmar Martins.

Já o relator, deputado Wilson Filho, disse que nos últimos anos a LDO vem possibilitando a atualização do duodécimo para os poderes seguindo o IPCA e dando autonomia a cada poder para a realização de concursos públicos para que possam realizar a recomposição de seus quadros.

Conforme o projeto de lei, as reservas de contingência para 2023 baseadas na projeção da receita corrente líquida serão as de: R\$ 67 milhões para cobertura de emendas parlamentares impositivas; R\$ 3 milhões para reserva de contingência; e R\$ 147 milhões para reserva do regime próprio de previdência do servidor.

De acordo com o calendário de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 3.740/2022, a

partir do próximo dia 20 de maio até o dia 8 de junho estará aberto o prazo para parecer definitivo da LDO. O parecer deverá ser publicado até o dia 9 de junho

no Diário do Poder Legislativo. Desta forma, a partir do dia 10 de junho o texto deverá estar disponível para ser incluído na Ordem do Dia. As emendas ao PL

devem ser apresentadas até esta quinta-feira (19).

A audiência, que ocorreu no formato híbrido, contou também com a participação de represen-

tes do Poder Judiciário, do Ministério Público da Paraíba, da Defensoria Pública do Estado, auxiliares do Governo do Estado, além de sindicalistas.

Deputados e vereadores de JP iniciam debates

Pettronio Torres
pettroniotorres@yahoo.com.br

As duas maiores e principais Casas Legislativas paraibanas começam a debater os orçamentos para 2023. A Câmara Municipal de João Pessoa e Assembleia Legislativa da Paraíba já se movimentam, realizam e agendam as primeiras e próximas reuniões para analisar as peças orçamentárias que são oriundas do Poder Executivo municipal e estadual.

Na Assembleia Legislativa da Paraíba, por exemplo,

a Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, realizou ontem a audiência pública para debater o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, que serve como base para o exercício financeiro de 2023 do Governo do Estado.

A Casa Eptácio Pessoa contou com a participação do presidente da ALPB, Adriano Galdino (Republicanos), o presidente da Comissão, deputado Branco Mendes (PSB), o relator da matéria, deputado Wilson Filho (Republicanos), e os

deputados Dr. Érico (Cidadania), Dr. Taciano Diniz (União Brasil), Felipe Leitão (PSD), Irmão César (Solidariedade), Moacir Rodrigues (PSDB), Rafaela Camaraense (PSB), Raniery Paulino (Republicanos) e Tovar Correia Lima (PSDB).

De acordo com Adriano Galdino, a realização das audiências públicas na Casa de Eptácio Pessoa representa o compromisso do Legislativo estadual em debater com os representantes do povo a elaboração de um orçamento justo para o exercício financeiro vindouro.

“Esta audiência na Assembleia é o momento em que os deputados irão dialogar e ouvir os representantes de cada poder, assim como, os representantes do povo paraibano para que possamos ter uma Lei de Diretrizes Orçamentárias alinhada com os anseios e com a vontade soberana do povo paraibano. A Assembleia está fazendo seu trabalho. Estamos aqui para cumprir nossa obrigação regimental e constitucional e contribuir na construção de um orçamento melhor e mais justo”, explicou o deputado.

EDIÇÃO: Luiz Carlos
EDITORIAÇÃO: Ednando Phillipy

Monaliza Montenegro

Defensora pública, diretora da
Escola Superior da DPE-PB

Uma flor que rompeu no asfalto

De que vale uma reclamação justa se não podemos apresentá-la e segui-la por falta de dinheiro? Essa clássica frase de Joaquim Nabuco foi pensada a partir de uma realidade inegavelmente concentradora de direitos e privilégios, que negava aos pobres e vulnerabilizados o acesso aos direitos mais básicos: o direito a ter direitos.

Assim, em 1988, nasceu, junto ao Estado Democrático de Direito, a Defensoria Pública como instituição essencial à Justiça. Nasceu como uma flor que rompe o asfalto nos dias mais quentes. Como no poema de Drummond, nasceu no chão da capital da República, furando o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Aqui em terra paraibana, a Defensoria Pública conseguiu se firmar a passos lentos. Somente em 15 de março de 2002, a Defensoria Pública da Paraíba obedeceu a imposição constitucional e criou a Defensoria Pública da Paraíba, com a edição a LC nº 39/2002.

Desde então a Defensoria Pública Paraibana tem emergido em uma intensa luta para sua efetivação, tendo seu orçamento decepcionado em inúmeras ocasiões pelo Poder Executivo. Foi preciso recorrer várias vezes ao Supremo Tribunal Federal para garantir acesso à Justiça para a população paraibana, em razão de cortes orçamentários que hoje representam um déficit que ultrapassa doze dígitos, para ser mais precisa R\$ 176.157.890,91.

Sem sombra de dúvidas, essa dívida histórica com a população paraibana compromete na prática o acesso à Justiça, que sofre com a ausência de defensores/as públicos/as e de infraestrutura mínima em boa parte das comarcas do Sertão, em um estado onde se tem o menor salário da Federação e um orçamento que chega a ser três vezes menor do que aquele destinado ao Ministério Público, descompensando a pirâmide da relação processual triangular.

Apesar de todo esse descaso, os ventos começam a soprar diferente e o sonho de uma instituição parceira do Legislativo e do Executivo na execução de medidas que visam

Executivo na execução de medidas que visam à redução das desigualdades sociais começa a virar realidade.

Felizmente, pela primeira vez na história da Defensoria Pública da Paraíba, ainda no ano de 2002, iniciou-se um diálogo com o Executivo e com o Legislativo em harmonia, a par de qualquer divergência política existente entre tais representantes.

Apesar do orçamento que ainda continua deficitário em razão das supressões anteriores, a Lei 104/2012 que rege nossa instituição foi atualizada pela LC nº 33/2021, atribuindo contornos de uma atuação acompanham o contexto da evolução constitucional. O ato de sanção do referido diploma ocorreu na sede da instituição, com a presença do governador João Azevêdo, o que simbolicamente representa um respeito à autonomia da instituição defensorial e o reconhecimento do acesso à Justiça para grupos vulnerabilizados.

Ainda, no dia 10 desse mês, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB) aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que cria o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores da instituição, cujo quadro até então era inexistente.

Outrossim, encontra-se em andamento o segundo concurso para defensoras e defensores públicos da instituição, cuja pretensão é possibilitar o acesso à Justiça integral a toda a população paraibana que dela necessita.

Apesar de todos os percalços, nesse dia 19 de maio, Dia da Defensoria Pública, a Paraíba pode celebrar o renascimento do acesso à justiça, como uma flor que finalmente começa a romper no asfalto quente das terras paraibanas. Suas pétalas começam a abrir. Sua cor é verde. Ela representa a esperança depositada nas mais belas letras da Constituição, que estão ali catalogadas como objetivos no seu art. 3º, para que finalmente possam tocar o povo paraibano por meio de uma Defensoria Pública, formada por profissionais qualificados/as, com melhores estrutura de trabalho e com o máximo de representação popular.

DEFENSORIA PÚBLICA

Ação social marca comemoração em João Pessoa

Foto: Secom-PB

Para celebrar o Dia da Defensoria Pública, comemorado hoje em todo o país, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba realiza nesta quinta-feira, no Ponto de Cem Réis, uma ação social que levará atendimento jurídico gratuito para a rua. A ação terá início às 8h30 e encerramento previsto para as 13h30. Três unidades móveis da DPE-PB estarão de plantão para atender a população com orientações sobre processos, tirar dúvidas ou ingressar com uma ação judicial.

Na ocasião, a população também terá acesso a serviços de saúde, como testes de glicemia, aferição da pressão arterial e orientações nutricionais. A ação conta com o apoio da prefeitura municipal de João Pessoa, através das Secretarias de Saúde (SMS), Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e Mobilidade Urbana (Semob).

De acordo com a Resolução N° 83/2022, a DPE-PB atende pessoas hipossuficientes com renda familiar



Ação social levará atendimento jurídico gratuito para as populações mais carentes da capital

de até três salários mínimos. Para dar maior celeridade aos atendimentos, os interessados devem levar os documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de residência e todos os documentos relativos ao caso para o qual deseja atendimento.

A Defensoria Pública atua em todas as áreas ligadas à Justiça estadual (Família, Cível, Criminal e Fazenda Pública). Entre as demandas mais procura-

das estão divórcio, pensão, dissolução de união estável; adoção; reconhecimento de paternidade; usucapião, reintegração de posse; sucessão, herança, cobranças, contestações, mandados de segurança e demandas na área da saúde.

Ponto facultativo

Conforme prevê o Ato Conjunto do TJPB / MPPB / DPE N° 05 / 2021, que dispõe sobre o calendário de

feriados e pontos facultativos do ano de 2022, o dia 19 de maio é ponto facultativo para a Defensoria Pública. A data também marca o Dia do Defensor e da Defensoria Pública. Com isso, a Sede Administrativa e os Núcleos de Atendimento da DPE não terão expediente. Os defensores públicos também estão liberados da realização de audiências. Os atendimentos voltam ao normal amanhã.

20

ELEIÇÕES

Defensoria pede urnas eletrônicas para voto nos presídios

O defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, solicitou ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), desembargador Leandro dos Santos, a instalação de urnas eletrônicas em presídios e unidades sócio-educativas para que os presos provisórios e adolescentes na faixa etária entre 16 e 21 anos possam votar nas eleições de outubro, quando serão escolhidos presidente da República e vice, governador, senadores, deputados fede-

rais e deputados estaduais.

O DPG foi recebido na última pelo presidente do TRE, acompanhado dos defensores públicos José Gerardo Rodrigues, coordenador do Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude, e Waldeila Cunha, coordenadora Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos (as) Defensores (as) Públicos (as) nos Estabelecimentos Penais (CAEP). Ricardo Barros agradeceu a receptividade com a qual a demanda

foi recebida pelo desembargador Leandro, sensível à causa, sobretudo pelo fato de antes de ingressar na magistratura, ter atuado como defensor público.

“Só os presos condenados têm os direitos políticos cassados. Há casos de adolescentes que cometem crimes na adolescência e cumprem medidas sócio-educativas até a maioridade. A todos deve ser assegurado o direito à cidadania também através do voto”, concluiu Ricardo.



Presidente do TRE recebeu defensores públicos em João Pessoa

■ Só os presos condenados têm os direitos políticos cassados. Há casos de adolescentes que cometem crimes na adolescência e cumprem medidas sócio-educativas

Fernanda Peres recebe título de Cidadã Paraibana da ALPB

“Poder me considerar uma mulher nordestina é uma honra imensurável; é sentir-me abençoada por ter sido acolhida quando, na verdade, sou eu quem devo profundas homenagens a todo o povo da Paraíba, um povo que me ensina, diariamente, a me tornar uma pessoa melhor”. O trecho faz parte do discurso emocionado da defensora pública Fernanda Peres, na última quarta-feira, quando recebeu o Título de Cidadã Paraibana em sessão solene da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB).

A outorga do título foi proposta pela deputada Cida Ramos e aconteceu na Sala do Conselho Superior da Defensoria Pública, em João Pessoa. Fernanda é defensora pública da Paraíba e coordena o Núcleo Especial de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosa (NEPED). Sua atuação junto a esta população provocou o reconhecimento da sociedade civil organizada e da deputada, que é presidente da Comissão Parlamentar de Defesa das Pessoas com Deficiência.

Nascida em Uberaba, Minas Gerais, Fernanda formou-se em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mudou para a Paraíba em 2011, quando passou a trabalhar no gabinete do Desembargador João Alves da Silva. Ingressou na DPE-PB em 2017, aprovada no primeiro concurso público da instituição, dando início a uma trajetória dedicada à defesa de pessoas vulnerabilizadas e oprimidas.

Em seu discurso deixou clara a vocação para este exercício: “A decisão de ser

defensora pública foi tomada desde a faculdade, quando pude participar das tão importantes atividades de extensão universitária que me aproximaram dos movimentos sociais, os quais posso dizer, com convicção, que são o norte de minha atuação profissional. Foi a partir dali que percebi que o Direito não faria nenhum sentido em minha vida se não fosse para estar junto do povo, trabalhando para o povo, sendo transformada pelo povo. E foi desde essa época que me comprometi a atuar ao lado desses

movimentos, carregando em minhas costas, na minha colação de grau, a bandeira vermelha que os representa”.

Sensibilidade

Autora da proposta, a deputada Cida Ramos destacou a importância do trabalho desempenhado por Fernanda na defesa das pessoas com deficiência. “O que me motivou a homenageá-la foi o fato dela ser uma excelente defensora, mas a sensibilidade, a força com que ela passa na defesa dos direitos “É justo, muito justo e

merecido. Ela é uma defensora aguerrida, que luta pelos direitos, principalmente dos nossos assistidos. Lutou assim que chegou aqui, primeiro pela sua nomeação, coordenava todo o grupo, era quem representava os outros concursados. Eu à época era presidente da Associação Paraibana de Defensores Públicos (APDP) e assim foi a nossa luta contínua. Nos identificamos bastante pelo espírito dela, aguerrida, pela sensibilidade de compatível com o que é ser uma defensora pública”, lembrou Madalena.



Foto: Evandro Pereira

Ao menos 80 pessoas foram atendidas pelo serviço, realizado das 8h30 às 13h, no Centro da capital

PONTO DE CEM RÉIS

Defensoria Pública do Estado leva cidadania à população pessoense

José Alves
zvieira2@gmail.com

A Defensoria Pública do Estado montou ontem, em comemoração ao Dia do Defensor Público, um esquema especial para levar cidadania à população pessoense. Dessa vez o atendimento aconteceu no Ponto de Cem Réis, no Centro de João Pessoa, através do Programa Defensoria Itinerante. Com maior foco na área jurídica, os atendimentos gratuitos foram iniciados às 8h30 e se estenderam até às 13h.

O atendimento pelo Programa Defensoria Itinerante é feito em veículos tipo caminhões baú climatizados, todos conectados à rede de computadores dos fóruns paraibanos. Segundo o defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, cerca de 80 pessoas foram atendidas ontem no Ponto de Cem Réis, tirando dúvidas sobre diversos assuntos jurídicos, entre eles, revisão de pensão e outros processos nas

áreas cíveis e criminais.

O principal objetivo dos atendimentos do Programa Defensoria Itinerante é levar ações de cidadania, orientação e atendimento jurídico à população. Ricardo Barros, destacou o significado social da iniciativa que leva ações em todas as esferas judiciais.

“Também fizemos atendimento a muitas pessoas que têm familiares no sistema prisional. Onde o programa itinerante chega, seja em bairros ou municípios, atende até 100 pessoas por dia”, informou Barros.

Os atendimentos foram principalmente sobre informações de processos em andamento. Muitas das questões levantadas pelas pessoas que estavam sendo atendidas diziam respeito a processos penais de parentes que estão cumprindo pena nos presídios da capital. Janaína Pereira Leite, por exemplo, buscou saber dos defensores como está a progressão da pena de seu

marido. Ela foi atendida pelo defensor Durval Ferreira Filho, que esclareceu para Janaína Leite toda a situação do marido dela, inclusive a data em que ele provavelmente terá direito à liberdade.

Praticamente todas as pessoas atendidas se mostraram satisfeitas com os esclarecimentos dos defensores, como foi o caso do comerciante José Alberto, que buscou informações sobre o processo que ele responde sobre pensão alimentícia.

Ricardo Barros lembrou que o programa tem percorrido todo o estado. “No ano passado fizemos atendimento em 40 municípios nas regiões do Sertão e Alto Sertão, atendendo cerca de 80 a 100 pessoas por dia. A Defensoria atende mais as pessoas que têm dificuldade em ter acesso à justiça. Nós atendemos mais a população que não tem condições de arcar com custos judiciais ou com banca de advogados”, revelou.

Foto: Beneditina TV Brasil

DEFENSORIA PÚBLICA

Ação social marca comemoração em João Pessoa

Foto: Secom-PB

Para celebrar o Dia da Defensoria Pública, comemorado hoje em todo o país, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba realiza nesta quinta-feira, no Ponto de Cem Réis, uma ação social que levará atendimento jurídico gratuito para a rua. A ação terá início às 8h30 e encerramento previsto para as 13h30. Três unidades móveis da DPE-PB estarão de plantão para atender a população com orientações sobre processos, tirar dúvidas ou ingressar com uma ação judicial.

Na ocasião, a população também terá acesso a serviços de saúde, como testes de glicemia, aferição da pressão arterial e orientações nutricionais. A ação conta com o apoio da prefeitura municipal de João Pessoa, através das Secretarias de Saúde (SMS), Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e Mobilidade Urbana (Semob).

De acordo com a Resolução Nº 83/2022, a DPE-PB atende pessoas hipossuficientes com renda familiar



Ação social levará atendimento jurídico gratuito para as populações mais carentes da capital

de até três salários mínimos. Para dar maior celeridade aos atendimentos, os interessados devem levar os documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de residência e todos os documentos relativos ao caso para o qual deseja atendimento.

A Defensoria Pública atua em todas as áreas ligadas à Justiça estadual (Família, Cível, Criminal e Fazenda Pública). Entre as demandas mais procura-

das estão divórcio, pensão, dissolução de união estável; adoção; reconhecimento de paternidade; usucapião, reintegração de posse; sucessão, herança, cobranças, contestações, mandados de segurança e demandas na área da saúde.

Ponto facultativo

Conforme prevê o Ato Conjunto do TJPB / MPPB / DPE Nº 05 / 2021, que dispõe sobre o calendário de

feriados e pontos facultativos do ano de 2022, o dia 19 de maio é ponto facultativo para a Defensoria Pública. A data também marca o Dia do Defensor e da Defensoria Pública. Com isso, a Sede Administrativa e os Núcleos de Atendimento da DPE não terão expediente. Os defensores públicos também estão liberados da realização de audiências. Os atendimentos voltam ao normal amanhã.

20

ELEIÇÕES

Defensoria pede urnas eletrônicas para voto nos presídios

O defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, solicitou ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), desembargador Leandro dos Santos, a instalação de urnas eletrônicas em presídios e unidades sócio-educativas para que os presos provisórios e adolescentes na faixa etária entre 16 e 21 anos possam votar nas eleições de outubro, quando serão escolhidos presidente da República e vice, governador, senadores, deputados fede-

rais e deputados estaduais.

O DPG foi recebido na última pelo presidente do TRE, acompanhado dos defensores públicos José Gerardo Rodrigues, coordenador do Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude, e Waldeila Cunha, coordenadora Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos (as) Defensores (as) Públicos (as) nos Estabelecimentos Penais (CAEP). Ricardo Barros agradeceu a receptividade com a qual a demanda

foi recebida pelo desembargador Leandro, sensível à causa, sobretudo pelo fato de antes de ingressar na magistratura, ter atuado como defensor público.

"Só os presos condenados têm os direitos políticos cassados. Há casos de adolescentes que cometem crimes na adolescência e cumprem medidas sócio-educativas até a maioridade. A todos deve ser assegurado o direito à cidadania também através do voto", concluiu Ricardo.



Presidente do TRE recebeu defensores públicos em João Pessoa

■ Só os presos condenados têm os direitos políticos cassados. Há casos de adolescentes que cometem crimes na adolescência e cumprem medidas sócio-educativas

Fernanda Peres recebe título de Cidadã Paraibana da ALPB

"Poder me considerar uma mulher nordestina é uma honra imensurável; é sentir-me abençoada por ter sido acolhida quando, na verdade, sou eu quem devo profundas homenagens a todo o povo da Paraíba, um povo que me ensina, diariamente, a me tornar uma pessoa melhor". O trecho faz parte do discurso emocionado da defensora pública Fernanda Peres, na última quarta-feira, quando recebeu o Título de Cidadã Paraibana em sessão solene da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB).

A outorga do título foi proposta pela deputada Cida Ramos e aconteceu na Sala do Conselho Superior da Defensoria Pública, em João Pessoa. Fernanda é defensora pública da Paraíba e coordena o Núcleo Especial de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosa (NEPED). Sua atuação junto a esta população provocou o reconhecimento da sociedade civil organizada e da deputada, que é presidente da Comissão Parlamentar de Defesa das Pessoas com Deficiência.

Nascida em Uberaba, Minas Gerais, Fernanda formou-se em Direito pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mudou para a Paraíba em 2011, quando passou a trabalhar no gabinete do Desembargador João Alves da Silva. Ingressou na DPE-PB em 2017, aprovada no primeiro concurso público da instituição, dando início a uma trajetória dedicada à defesa de pessoas vulnerabilizadas e oprimidas.

Em seu discurso deixou clara a vocação para este exercício: "A decisão de ser

defensora pública foi tomada desde a faculdade, quando pude participar das tão importantes atividades de extensão universitária que me aproximaram dos movimentos sociais, os quais posso dizer, com convicção, que são o norte de minha atuação profissional. Foi a partir dali que percebi que o Direito não faria nenhum sentido em minha vida se não fosse para estar junto do povo, trabalhando para o povo, sendo transformada pelo povo. E foi desde essa época que me comprometi a atuar ao lado desses

movimentos, carregando em minhas costas, na minha colação de grau, a bandeira vermelha que os representa".

Sensibilidade

Autora da proposta, a deputada Cida Ramos destacou a importância do trabalho desempenhado por Fernanda na defesa das pessoas com deficiência. "O que me motivou a homenageá-la foi o fato dela ser uma excelente defensora, mas a sensibilidade, a força com que ela passa na defesa dos direitos. É justo, muito justo e

merecido. Ela é uma defensora aguerrida, que luta pelos direitos, principalmente dos nossos assistidos. Luto assim que chegou aqui, primeiro pela sua nomeação, coordenava todo o grupo, era quem representava os outros concursados. Eu à época era presidente da Associação Paraibana de Defensores Públicos (APDP) e assim foi a nossa luta contínua. Nos identificamos bastante pelo espírito dela, aguerrida, pela sensibilidade de compatível com o que é ser uma defensora pública", lembrou Madalena.

GASLIGHTING

Confusão mental: o começo de tudo

Muitas relações são marcadas por traços de violência psicológica que atingem pessoas de todas as idades

Italo Arruda
Especial para A União

As relações estabelecidas entre parentes e cônjuges são complexas e, algumas vezes, marcadas por traços de violências que estão além da agressão física, como a violência psicológica, por exemplo, que pode atingir pessoas de todas as idades e condições socioeconômicas, independentemente do gênero. As estatísticas, entretanto, comprovam que as mulheres compõem a maioria das vítimas dos casos de *gaslighting* no ambiente familiar.

Em 2020, a Paraíba registrou 2.470 denúncias com relação a algum tipo de violência psicológica contra a mulher, de acordo com dados da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social (Sedes). Esse número, contudo, pode ser ainda maior, tendo em vista que muitas vítimas não chegam a prestar queixa ou oficializar a denúncia contra o abuso sofrido, aumentando, com isso, as subnotificações.

Como se trata de uma violência "camuflada" — já que na maioria dos casos de *gaslighting* a vítima não consegue reconhecer os sinais de abuso —, a formalização da denúncia se torna mais difícil. Além disso, a pessoa que comete o abuso tende a se comportar de tal forma que a vítima se confunde e duvida das ações manipuladoras. "Finalmente, como eu poderia ser abusada ou abusada por alguém que me ama?", questiona o psicólogo clínico Victor Nóbrega, que tem atuação em terapia cognitivo-comportamental e especialização em neuropsicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê).

Ele ressalta que esse processo de "confusão mental" começa de forma sutil, com pequenas omissões e mentiras, do agressor para a vítima, que vão evoluindo para atitudes mais graves e sérias da agressão psicológica, como insultos, ameaça, alienação, humilhação entre outros fatores que colocam em xeque a autoestima e autoconfiança da vítima, que, por sua vez, tende a cair numa "rede de autodepreciação", desacreditando de si e das próprias situações de abuso.

Outra questão que merece atenção é que, geralmente, a manipulação emocional acompanha outros tipos de violência doméstica, como a patrimonial (quando há subtração, retenção, destruição total ou parcial de bens e objetos da vítima) e a moral (quando existe calúnia e difamação, por exemplo).

Legislação

Segundo o artigo 147-A do Código Penal Brasileiro (CPB), "perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade" é crime, com pena de reclusão de seis meses a dois anos, além de multa. Se o crime for cometido contra criança, adolescen-

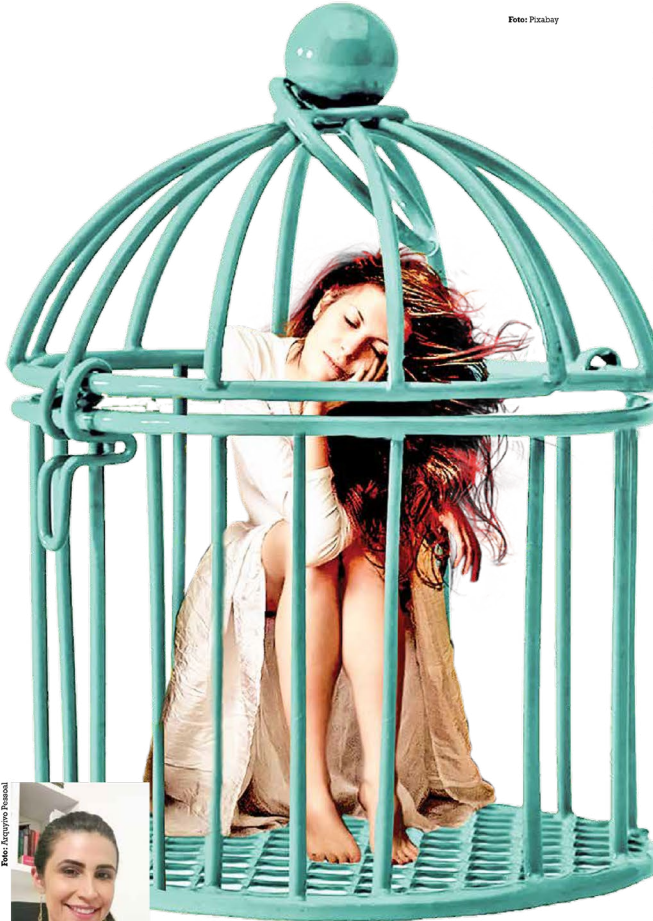


Foto: Pixabay



Foto: Acryum/Pensar

“Esse é um dos problemas que temos quando utilizamos a lei penal como política criminal para resolver algo tão complexo e estrutural. A prova é extremamente difícil e a lei acaba sendo dotada de uma carga puramente simbólica, que retroalimenta o ciclo de violência, sobretudo contra a mulher, em razão da sua pouca efetividade”

Monaliza Montenegro

Lei penal é insuficiente para o problema

Assim como o advogado Sheyner Asfora, a coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE), Monaliza Montenegro, acredita que as vítimas devem recorrer à Justiça para denunciar a violência sofrida, solicitar uma medida protetiva e buscar orientações com relação ao suporte e monitoramento dessa proteção que lhe é garantida.

Contudo, no pensamento da defensora, a lei penal é insuficiente para solucionar os problemas causados por

esse tipo de violência, principalmente quando exige da vítima provas e evidências de que ela foi psicologicamente violentada.

“Esse é um dos problemas que temos quando utilizamos a lei penal como política criminal para resolver algo tão complexo e estrutural. A prova é extremamente difícil e a lei acaba sendo dotada de uma carga puramente simbólica, que retroalimenta o ciclo de violência, sobretudo contra a mulher, em razão da sua pouca efetividade”, analisa.

Além da punição, Mon-

tegro também pensa que é fundamental ampliar as políticas públicas e fomentar a implementação de projetos e redes de acolhimento, com o objetivo de minimizar as consequências advindas do *gaslighting*.

“O cuidado com a saúde mental é essencial para que

te, idoso ou mulher, a pena pode ser aumentada para nove meses a três anos de reclusão.

Em se tratando das mulheres, um outro dispositivo de segurança (Lei 14.188/2021), em vigor desde julho do ano passado, alterou o CPB e incluiu como crime a violência psicológica contra esse público, especificamente. Tal modalidade já era prevista na Lei Maria da Penha (11.340/2006), que dispõe sobre medidas de proteção às mulheres, mas não detalhava a configuração dos tipos de violência psicológica contra elas.

Trata-se do artigo 147-B, que tipifica como crime “qualquer dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe o seu pleno desenvolvimento ou que vise a sua degradação ou o controle de suas ações, comportamentos, crenças e decisões”. Ainda segundo a lei, o abuso psicológico pode acontecer “sob ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e autodeterminação” da mulher. Para esse caso, a pena é de reclusão de seis meses a dois anos.

O professor de Direito Penal e vice-presidente nacional da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), Sheyner Asfora, orienta que a vítima de dano ou abuso psicológico procure ajuda junto a um especialista ou consultor jurídico para adotar providências cabíveis e legais. Mas, em casos de urgência, ele reforça que o ideal é ir diretamente à delegacia registrar a ocorrência e formalizar a denúncia.

“Dessa forma, a vítima poderá noticiar a ocorrência criminal à autoridade policial ou acionar o Ministério Público para que se inicie a apuração dos fatos e, assim, seja apontado o autor ou autora do ato considerado crime, que, por sua vez, terá a oportunidade de se defender perante a Justiça com a observância do devido processo legal”, aconselha.

Sinais de um suposto abuso

Geralmente, os abusadores:

- falseiam a realidade, negando a verdade dos fatos;
- utilizam de estratégias para confundir a vítima, como excesso de cuidado e preocupação, por exemplo;
- fazem com que a vítima se afaste de amigos ou determinadas pessoas, sob a justificativa de que certas companhias não lhes fazem bem;
- ameaçam a vítima; e
- se contradizem e não cumprem

acordos, mas costumam cobrar isso da vítima.

E a pessoa abusada tende a:

- pedir desculpas constantemente mesmo sem motivos aparentes;
- se afastar das pessoas com quem mantém algum tipo de vínculo;
- se sentir insegura, triste e insatisfeita; e
- defender ou justificar o comportamento abusivo do agressor ou da agressora.



Ilustração: Pixabay

DA DEFENSORIA PÚBLICA DA PB

Presidente da ALPB, Adriano Galdino, recebe homenagem

O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Adriano Galdino, recebeu, na tarde de ontem, a Medalha Defensor Público Airton Cordeiro, “pela sua excepcional contribuição para o engrandecimento da Instituição e defesa das suas prerrogativas”. Adriano Galdino foi o primeiro presidente da ALPB a receber a comenda, considerada a mais alta honraria da Defensoria Pública.

A comenda foi entregue ao presidente da ALPB pelo defensor público geral da Paraíba, Ricardo Barros, em solenidade realizada na sala do Conselho Superior, localiza-

da na Sede Administrativa da DPE-PB, com a presença de servidores e defensores.

A homenagem recebeu a aprovação unânime do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba. O presidente da ALPB foi responsável pela intermediação com os parlamentares na aprovação de matérias importantes, como a atualização da lei de regência da Defensoria, o reajuste da categoria e a criação do PCCR dos servidores.

Ao receber a comenda, Adriano Galdino fez questão de ressaltar o trabalho conjunto dos parlamentares da Casa de Epitácio Pes-

soa. “Muito feliz em receber essa comenda, em reconhecimento ao nosso trabalho parlamentar, que divido com 36 deputados estaduais da Casa, sempre em defesa do bem-comum e de uma Paraíba cada vez melhor e mais justa para todos”.

“A gente recebe o presidente da ALPB com um grande sentimento de gratidão pela sua atuação no Legislativo em benefício da Defensoria Pública. Nos sentimos muito honrados com a sua presença. Não vai deixar de ser, também, um dia de festa para celebrarmos as conquistas da instituição”, declarou o DG Ricardo Barros.

NA SEMANA DA DEFENSORIA

Padre Júlio Lancellotti participa de ‘live’ realizada pela DPE-PB

O padre Júlio Lancellotti, reconhecido em todo o país pelo trabalho que desenvolve com os moradores de rua da cidade de São Paulo, se dispôs, em meio a uma agenda atribulada, a dialogar com a Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) sobre um assunto pouco discutido, mas muito manifestado pela sociedade brasileira: a aporofobia. Durante uma live orga-

nizada pela Escola Superior da DPE-PB na última sexta-feira (20), o religioso também transcorreu sobre o papel da Defensoria Pública na defesa dos hipervulneráveis.

A live, disponível no perfil da Defensoria Pública no Instagram, fez parte da programação da DPE em comemoração ao Dia da Defensoria Pública, celebrado em todo o país no dia 19 de maio.

A defensora pública Fernanda Peres conduziu o debate, que também contou com a presença da diretora da Escola, Monaliza Montenegro. A conversa durou aproximadamente 40 minutos e discutiu temas como a aversão aos pobres, o uso hostil da arquitetura em logradouros públicos e a atuação da Defensoria na proteção à população em situação de rua.